



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 881/2026**

CONTRATANTE

FIPASE - Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto
UASG 929716

1

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, conforme especificações mínimas e quantidades discriminadas neste Termo de referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço.

MODO DE DISPUTA

Aberto.

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

Não.

REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por Preço Unitário.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 881/2026

A **Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto – FIPASE**, inscrita no CNPJ 04.755.519/0001-30, sito à Avenida Dra. Nadir Aguiar nº 1805, Jardim Dr. Paulo Gomes Romeo, CEP 14056-680, em Ribeirão Preto/SP, gestora do SUPERA Parque, por meio de sua Comissão de Licitação, torna público que realizará processo licitatório de **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto Municipal nº 064/2023, publicado no DOM-RP Nº 11.633 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, conforme especificações mínimas e quantidades discriminadas neste Termo de referência:

Item	Qtde	Descrição	CATSER	Unitário
1	1	Posto diário de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana	8729	R\$ 25.300,00
	1	Posto diário de controlador de acesso noturno – 12x36 - 7 dias/semana	8729	

1.1.1. Havendo divergências entre as descrições constantes no cadastro CATSER do PNCP e as descrições deste termo de referência prevalecerão as descrições deste termo de referência;

1.2. O objeto dessa contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021;

1.3. Esta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante justificativa formal e observados os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, durante a vigência contratual conforme especificações e quantidades discriminadas neste termo de referência;

3

2.1.1. Tabela com detalhamentos e quantidade dos exames e relatórios:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Posto diário de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana
	1	Posto diário de controlador de acesso noturno – 12x36 - 7 dias/semana

2.2. Os principais elementos do serviço de controle de acesso são apresentados a seguir:

2.2.1. 2 (dois) postos de trabalho por dia, de segunda a domingo, que é definido como o trabalho de 1 (um) controlador de acesso em 1 (um) local de trabalho (guarita) em um período determinado. Esses postos diários serão utilizados como a unidade de medida para a contratação dos serviços de controle de acesso. Sendo que 1 (um) posto de trabalho será no período diurno (das 7h às 19h) e 1 (um) posto de trabalho será no período noturno (das 19h às 7h).

2.2.2. 4 (quatro) controladores de acesso, sendo que cada posto de trabalho será ocupado por 2 (dois) profissionais em sistema de revezamento de regime de trabalho por escala de 12 horas ininterruptas de trabalho por 36 horas de descanso, inclusive aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

2.2.3. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a profissão de Controlador de Acesso pertence ao título 5174-15, Agente de Portaria, é caracterizada pelo seguinte conjunto de atividades:

- a) Recepcionar e orientar visitantes e hóspedes;
- b) Zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação das pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades.
- c) Controlar o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- d) Receber mercadorias, volumes diversos e correspondências;
- e) Fazer manutenções simples nos locais de trabalho.

2.2.4. De forma mais detalhada, o Controlador de Acesso deverá adotar, entre outras, as seguintes condutas:

- a) Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado (a), barbeado, cabelos aparados, limpos, unhas aparadas e com aparência pessoal adequada ao bom desempenho de suas atividades;
- b) Ao chegar ao posto, receber e passar as ordens e orientações recebidas;
- c) Atender sempre com cortesia e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, residentes, colaboradores e pessoas em geral;
- d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas (previamente) identificadas e autorizadas;
- e) Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, comunicando o fato ao departamento responsável e ao fiscal do contrato;
- f) Conhecer sobre a localização de todos os setores/empresas que funcionam no local do posto de trabalho a fim de prestar informações/orientações ao público;
- g) Identificar e encaminhar as pessoas, controlando sua movimentação. Orientar o deslocamento de visitantes, clientes e prestadores de serviço no parque tecnológico.
- h) Permitir o ingresso nas dependências do parque tecnológico, nos dias e nos horários em que estiver fechado, apenas às pessoas previamente autorizadas pela Administração;
- i) Atentar para as normas referentes ao acesso prioritário (idosos, portadores de necessidades especiais, gestantes, lactantes e mães com criança de colo);
- j) Transmitir recados.
- k) Recepcionar entregadores e acompanhar a entrega de produtos.
- l) Identificar veículos que pretendem adentrar ao parque tecnológico. Controlar e auxiliar o estacionamento de veículos, atentando para o posicionamento dos veículos no estacionamento e contatando os proprietários de veículos irregularmente estacionados, evitando possíveis danos.
- m) Comunicar imediatamente ao departamento responsável, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que seja adotada a providência de regularização necessária;
- n) Comunicar ao departamento responsável do Supera Parque e ao preposto da empresa contratada, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio do mesmo;
- o) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos ou sem identificação nas imediações do parque tecnológico, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas do Supera Parque, assim como as que entenderem oportunas nos limites estabelecidos por este;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- p) Prevenir a entrada de pessoas estranhas;
- q) Comunicar ao departamento responsável a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional;
- r) Impedir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes seja feita a sua identificação e contato junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar;
- s) Impedir a saída de volumes e materiais pertencentes ao parque tecnológico, sem a devida autorização, comunicando o fato à segurança ou ao fiscal do contrato;
- t) Providenciar todas as medidas necessárias, permitidas em lei, para evitar a ocorrência de furtos;
- u) Atender emergências, prestar primeiros socorros, prevenir incêndios e acidentes, acionar polícia, corpo de bombeiros e guarda universitária.
- v) Colaborar com as autoridades competentes nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Supera Parque, facilitando, da melhor forma possível, a atuação daquelas, inclusive nas indicações de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- w) Solicitar autorização expressa do Supera Parque para permitir entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, comunicando o fato ao departamento responsável;
- x) Evitar a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao fiscal do contrato ou à segurança, no caso de desobediência;
- y) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e de outras atividades comerciais e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo Supera Parque;
- z) Lançar todas as ocorrências no relatório do posto e manter atualizada quaisquer documentações utilizadas a serviço, inclusive o livro de ocorrência, sendo que este deverá ser disponibilizado ao Supera Parque sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, devendo ser anotado no respectivo documento a data, horário de entrada e saída de cada agente, assinatura de quem transmite e recebe o serviço e o registro de todas as ocorrências durante o expediente. Fazer os relatos com objetividade e clareza;
- aa) Permanecer no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- bb) Proceder ao recebimento e passagem do serviço inteirando o seu substituto e se certificando se todas as normas estão sendo cumpridas e se as alterações encontradas estão registradas no livro do posto ou de ocorrência;
- cc) Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- dd) Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local;
- ee) Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- ff) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço;

2.3. O local de prestação do serviço será o interior da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto.

2.4. Os profissionais indicados pela empresa contratada para a prestação de serviço nos postos de Controlador de Acesso devem ter cursado o ensino médio completo, ter pelo menos 1 (um) ano de experiência comprovada no cargo e possuir conhecimentos elementares em Informática.

2.4.1. Para o preenchimento dos postos de trabalho deverá ser comprovada pela contratada a escolaridade mínima exigida, mediante apresentação de diploma ou certificado reconhecido pelo Ministério da Educação, e a experiência prévia no cargo, mediante registro na Carteira Profissional. Adicionalmente, os funcionários deverão ter idade mínima de 18 anos, estarem quites com as obrigações eleitorais, do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino, ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições, apresentar certidão negativa dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual, apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses.

2.4.2. É desejável que os profissionais que ocuparão o posto de Controlador de Acesso tenham habilidades e competências, entre as quais destacam-se:

- a) demonstrar capacidade de lidar com o público e ser desinibido, atenção e fluência verbal e dar boas-vindas ao visitante.
- b) ter capacidade de tomar decisões e redigir relatórios, trabalhar em equipe, manter o autocontrole e postura, demonstrar proatividade e flexibilidade.
- c) demonstrar capacidade de administrar próprio tempo, de organizar-se.

2.5. Com relação à coordenação das atividades dos controladores de acesso, de acordo com as instruções fornecidas pelo Supera Parque, a empresa contratada e/ou supervisor deverá, entre outras condutas:

- a) Zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade, obedecendo as orientações regulamentares;
- b) Conhecer as missões de cada posto de trabalho ocupado por seus funcionários, de acordo com as orientações do Supera Parque;
- c) Verificar se os controladores de acesso já assumiram os seus respectivos postos, de acordo com as orientações da fiscalização do Supera Parque;
- d) Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência;
- e) Manter a ordem, a disciplina e o respeito junto a todos os controladores de acesso, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- f) Não permitir que os seus funcionários abandonem seus postos, sem motivo plenamente justificado;
- g) Fazer o controle das folhas de frequência dos seus funcionários, mantendo atualizado diariamente o seu correto preenchimento. Fazer a conferência e o encaminhamento mensal das folhas de frequência;
- h) Manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;
- i) Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes, equipamentos e materiais, promovendo a substituição dos mesmos que não mais apresentarem condições de uso, bem como providenciar a reposição, de acordo com os prazos e condições estabelecidas;
- j) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- k) Fornecer aos seus funcionários, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- l) Não permitir que os seus funcionários tratem de assuntos reservados ou de serviço com pessoas não relacionadas à área;
- m) Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos seus funcionários, procurando sempre dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- n) Atender de imediato as solicitações do Supera Parque quanto às substituições da mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
- o) Orientar seus funcionários sobre a proibição de guarda de quaisquer objetos particulares de terceiros ou que não tenham relação com a prestação do serviço;

7

2.6. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus funcionários, de acordo com as características do serviço, o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

2.6.1. Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de boa qualidade e apresentação, devendo a empresa contratada providenciar as devidas adaptações quando necessárias, inclusive quanto às profissionais gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que estiverem apertados. Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa.

2.6.2. É vedado repassar os custos dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados. Ademais, a empresa contratada deverá proceder à substituição, sem custo adicional para o Supera Parque, sempre que houver necessidade, prezando pela boa apresentação dos profissionais nos postos de trabalho.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

2.6.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo individualizado por empregado, cujas cópias, devidamente acompanhadas dos originais para conferência, poderão ser exigidas para a fiscalização e controle do fiscal do contrato.

2.7. A contratada deverá entregar os serviços nas condições e especificações deste termo de referência;

2.8. A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a valor unitário do item cotado e valor total grupo e todas as quantidades e descrições detalhadas neste termo de referência;

2.9. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos.

8

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O Licitante deve atender aos procedimentos previstos no [Manual do Pregão Eletrônico](#), disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, quando aplicáveis, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

9

- 3.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.6.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, o agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8.** O impedimento de que trata o **item 3.7.2**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e a documentação técnica, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela FIPASE ou de sua desconexão.

4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento do **VALOR GLOBAL**, conforme descrito no modelo de Proposta, disponível no anexo.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com este certame, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela FIPASE por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O **lance** deverá ser ofertado pelo **valor UNITÁRIO**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00** (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

13

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

14

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela FIPASE.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao(s) licitante(s) mais bem classificado(s) que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

6.19.5. Além da documentação supracitada, a licitante deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo constante no anexo V, com os valores adequados à proposta vencedora.

6.19.6. O modelo que consta no anexo V é apenas ilustrativo, sendo de responsabilidade do licitante a observância da legislação trabalhista e da convenção da categoria em vigor.

6.19.7. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e análise da documentação técnica.

15

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa anterior, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. conter vícios insanáveis;

7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela FIPASE;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

8.6. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá realizar vistoria técnica prévia, nos termos deste edital.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP – CEIS)

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU; (Sistema Inabilitados e Inidôneos).

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP; (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>).

8.15.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes>).

8.15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.15.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.15.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.15.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

8.15.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.16. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

8.16.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.16.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

19

8.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1. A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa, consistirá em:

9.1.1. Para empresa individual: Registro comercial;

9.1.2. Para sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.2.1. No caso de Sociedade por Ações (Sociedade empresária do tipo S/A): O ato constitutivo e alterações subsequentes, devendo vir acompanhados de documentos de eleição de seus administradores em exercício;

9.1.3. Para sociedade civil (sociedade simples): Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.5. Para sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, bem como o registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, em conformidade ao disposto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

10.1. A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

10.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, relativo ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante.

10.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante.

10.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante.

10.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Certidão de Débitos Tributários **Inscritos** na Dívida Ativa;

10.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Débitos Tributários **Não Inscritos** na Dívida Ativa;

10.1.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão dos Tributos Mobiliários (ISSQN).

10.1.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

10.1.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

10.1.9. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.1.10. A empresa licitante devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar todos os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista mesmo que apresentem alguma restrição.

10.1.11. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no item anterior, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da FIPASE, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou certidões positivas com efeito de certidão negativa.

11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. O licitante deverá apresentar Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

11.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital.

11.1.2. No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.2.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.2.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.3. O licitante deverá apresentar o último balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, apresentados e publicados na forma da lei, se for o caso, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

11.4. O interessado não obrigado a publicar o balanço deverá apresentar cópia legível de página do Diário Geral, na qual tenha sido transcrita a demonstração do resultado do exercício, com os respectivos termos de abertura e de encerramento



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

registrados no Registro Público das Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

11.5. Deverá ser comprovado capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a ser definido no edital, como condição de habilitação econômico-financeira, visando garantir capacidade operacional e financeira para execução contínua do objeto.

22

12. HABILITAÇÃO TÉCNICA

12.1. Apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado, em nome da licitante, que comprove a aptidão da licitante para cumprimento do serviço pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.

12.2. Será considerado similar o atestado que especificar que a empresa gerencia ou gerenciou, a contento, pelo menos, 1 posto de Controlador de Acesso ou Agente de Portaria.

12.2.1. O Supera Parque se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos contratos e aditivos que deram suporte à contratação, endereço atual da contratante e/ou local em que foram prestados os serviços.

12.3. Apresentar Declaração de Vistoria Técnica emitida pela FIPASE, atestando que o representante da licitante compareceu ao local e tomou conhecimento das condições de execução do objeto.

12.3.1. A Declaração de Vistoria poderá ser substituída por Declaração Formal do Licitante, assinada por seu representante legal, declarando que possui pleno conhecimento das condições locais e de todos os elementos técnicos necessários à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução contratual, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer condição existente, nos termos do art. 63, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.2. A realização da vistoria deverá ser previamente agendada junto à FIPASE, em dias úteis e horário de expediente até 24 (vinte e quatro) horas úteis antes do horário de abertura da sessão do certame, pelo e-mail: juliana@superaparque.com.br, não sendo admitida alegação de desconhecimento das condições locais como justificativa para futura inexecução contratual ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

24

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. A adjudicatária deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato, apólice de seguro-garantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor inicial da contratação, nos termos do inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 101 do Decreto Municipal nº 64/2023, emitida por sociedade seguradora devidamente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

16.1.1. A apólice de seguro-garantia deverá assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, abrangendo, quando cabível, prejuízos decorrentes do inadimplemento, multas aplicadas pela Administração, danos ao patrimônio público e demais obrigações previstas no contrato, prevalecendo durante toda a execução contratual e ser atualizada sempre que houver alteração de prazo ou de valor contratual, sendo liberada após a extinção do contrato e a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela contratada.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência anexo.

25

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. Não enviar a proposta adequada após a negociação;

21.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

21.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

21.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FIPASE;

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. Fraudar a licitação



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.1.9. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a FIPASE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.1.10. advertência;

21.1.11. multa;

21.1.12. impedimento de licitar e contratar; e

21.1.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.2.4. os danos que dela provierem para a administração Pública;

21.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

21.3.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

21.3.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

21.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

27

21.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FIPASE, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

21.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

28

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: fipase@superaparque.com.br.

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

22.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da FIPASE, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FIPASE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FIPASE.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá do Termo de Referência.

23.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://superaparque.com.br/licitacoes/>.

23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 23.11.1.** ANEXO I – Termo de Referência;
- 23.11.2.** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 23.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta de Preço
- 23.11.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
- 23.11.5.** ANEXO V – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
- 23.11.6.** ANEXO VI – Modelo de Declaração de Vistoria
- 23.11.7.** ANEXO VII – Termo de Ciência e Notificação (TCE/SP)

Ribeirão Preto, 22 de junho de 2026.

Luciana Maria Souza de Paiva
Diretora Administrativa e Financeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 881/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISIÇÃO: 169/2026

30

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, conforme especificações mínimas e quantidades discriminadas neste Termo de referência:

Item	Qtde	Descrição	CATSER	Unitário
1	1	Posto diário de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana	8729	R\$ 25.300,00
	1	Posto diário de controlador de acesso noturno – 12x36 - 7 dias/semana	8729	

1.1.1. Havendo divergências entre as descrições constantes no cadastro CATSER do PNCP e as descrições deste termo de referência prevalecerão as descrições deste termo de referência;

1.2. O objeto dessa contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021;

1.3. Esta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante justificativa formal e observados os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DO OBJETO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de garantir a continuidade dos serviços de controle de acesso nas dependências do SUPERA Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto após o encerramento da contratação anteriormente firmada para atendimento temporário da demanda. Os serviços são essenciais para o controle de entrada e saída de pessoas e veículos, orientação de visitantes, recebimento de correspondências e apoio à segurança patrimonial das instalações.

2.2. Considerando que os serviços de controle de acesso possuem natureza contínua e são indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades desenvolvidas no SUPERA Parque, faz-se necessária a realização de contratação regular para assegurar a manutenção das atividades operacionais, a proteção do patrimônio institucional, a organização do fluxo de usuários e visitantes e o atendimento às necessidades permanentes da instituição.

2.3. Uma vez que a FIPASE não conta com quadro controladores de acesso (agentes de portaria) para a realização deste serviço, torna-se necessária a contratação da empresa para este fim.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, durante a vigência contratual conforme especificações e quantidades discriminadas neste termo de referência;

3.1.1. Tabela com detalhamentos e quantidade dos exames e relatórios

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Posto diário de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana
	1	Posto diário de controlador de acesso noturno – 12x36 - 7 dias/semana

3.2. Os principais elementos do serviço de controle de acesso são apresentados a seguir:

3.2.1. 2 (dois) postos de trabalho por dia, de segunda a domingo, que é definido como o trabalho de 1 (um) controlador de acesso em 1 (um) local de trabalho (guarita) em um período determinado. Esses postos diários serão utilizados como a unidade de medida para a contratação dos serviços de controle de acesso. Sendo que 1 (um) posto de trabalho será no período diurno (das 7h às 19h) e 1 (um) posto de trabalho será no período noturno (das 19h às 7h).

3.2.2. 4 (quatro) controladores de acesso, sendo que cada posto de trabalho será ocupado por 2 (dois) profissionais em sistema de revezamento de regime de trabalho por escala de 12 horas ininterruptas de trabalho por 36 horas de descanso, inclusive aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

3.2.3. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a profissão de Controlador de Acesso pertence ao título 5174-15, Agente de Portaria, é caracterizada pelo seguinte conjunto de atividades:

- a) Recepcionar e orientar visitantes e hóspedes.
- b) Zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação das pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades.
- c) Controlar o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados.
- d) Receber mercadorias, volumes diversos e correspondências.
- e) Fazer manutenções simples nos locais de trabalho.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

3.2.4. De forma mais detalhada, o Controlador de Acesso deverá adotar, entre outras, as seguintes condutas:

- gg) Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado (a), barbeado, cabelos aparados, limpos, unhas aparadas e com aparência pessoal adequada ao bom desempenho de suas atividades;
- hh) Ao chegar ao posto, receber e passar as ordens e orientações recebidas;
- ii) Atender sempre com cortesia e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, residentes, colaboradores e pessoas em geral;
- jj) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas (previamente) identificadas e autorizadas;
- kk) Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, comunicando o fato ao departamento responsável e ao fiscal do contrato;
- ll) Conhecer sobre a localização de todos os setores/empresas que funcionam no local do posto de trabalho a fim de prestar informações/orientações ao público;
- mm) Identificar e encaminhar as pessoas, controlando sua movimentação. Orientar o deslocamento de visitantes, clientes e prestadores de serviço no parque tecnológico.
- nn) Permitir o ingresso nas dependências do parque tecnológico, nos dias e nos horários em que estiver fechado, apenas às pessoas previamente autorizadas pela Administração;
- oo) Atentar para as normas referentes ao acesso prioritário (idosos, portadores de necessidades especiais, gestantes, lactantes e mães com criança de colo);
- pp) Transmitir recados.
- qq) Recepcionar entregadores e acompanhar a entrega de produtos.
- rr) Identificar veículos que pretendem adentrar ao parque tecnológico. Controlar e auxiliar o estacionamento de veículos, atentando para o posicionamento dos veículos no estacionamento e contatando os proprietários de veículos irregularmente estacionados, evitando possíveis danos.
- ss) Comunicar imediatamente ao departamento responsável, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que seja adotada a providência de regularização necessária;
- tt) Comunicar ao departamento responsável do Supera Parque e ao preposto da empresa contratada, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio do mesmo;
- uu) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos ou sem identificação nas imediações do parque tecnológico, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas do Supera Parque, assim como as que entenderem oportunas nos limites estabelecidos por este;
- vv) Prevenir a entrada de pessoas estranhas;
- ww) Comunicar ao departamento responsável a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional;
- xx) Impedir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes seja feita a sua identificação e contato junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- yy) Impedir a saída de volumes e materiais pertencentes ao parque tecnológico, sem a devida autorização, comunicando o fato à segurança ou ao fiscal do contrato;
 - zz) Providenciar todas as medidas necessárias, permitidas em lei, para evitar a ocorrência de furtos;
 - aaa) Atender emergências, prestar primeiros socorros, prevenir incêndios e acidentes, acionar polícia, corpo de bombeiros e guarda universitária.
 - bbb) Colaborar com as autoridades competentes nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Supera Parque, facilitando, da melhor forma possível, a atuação daquelas, inclusive nas indicações de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 - ccc) Solicitar autorização expressa do Supera Parque para permitir entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, comunicando o fato ao departamento responsável;
 - ddd) Evitar a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao fiscal do contrato ou à segurança, no caso de desobediência;
 - eee) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e de outras atividades comerciais e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo Supera Parque;
 - fff) Lançar todas as ocorrências no relatório do posto e manter atualizada quaisquer documentações utilizadas a serviço, inclusive o livro de ocorrência, sendo que este deverá ser disponibilizado ao Supera Parque sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, devendo ser anotado no respectivo documento a data, horário de entrada e saída de cada agente, assinatura de quem transmite e recebe o serviço e o registro de todas as ocorrências durante o expediente. Fazer os relatos com objetividade e clareza;
 - ggg) Permanecer no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
 - hhh) Proceder ao recebimento e passagem do serviço inteirando o seu substituto e se certificando se todas as normas estão sendo cumpridas e se as alterações encontradas estão registradas no livro do posto ou de ocorrência;
 - iii) Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
 - jjj) Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local;
 - kkk) Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
 - III) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço;
- 3.3. O local de prestação do serviço será o interior da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto.
- 3.4. Os profissionais indicados pela empresa contratada para a prestação de serviço nos postos de Controlador de Acesso devem ter cursado o ensino médio completo, ter pelo menos 1 (um) ano de experiência comprovada no cargo e possuir conhecimentos elementares em Informática.
- 3.4.1. Para o preenchimento dos postos de trabalho deverá ser comprovada pela contratada a escolaridade mínima exigida, mediante apresentação de diploma ou certificado reconhecido pelo Ministério da Educação, e a experiência prévia no cargo, mediante registro na Carteira Profissional.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

Adicionalmente, os funcionários deverão ter idade mínima de 18 anos, estarem quites com as obrigações eleitorais, do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino, ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições, apresentar certidão negativa dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual, apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses.

3.4.2. É desejável que os profissionais que ocuparão o posto de Controlador de Acesso tenham habilidades e competências, entre as quais destacam-se:

- d) demonstrar capacidade de lidar com o público e ser desinibido, atenção e fluência verbal e dar boas-vindas ao visitante.
- e) ter capacidade de tomar decisões e redigir relatórios, trabalhar em equipe, manter o auto controle e postura, demonstrar prestatividade e flexibilidade.
- f) demonstrar capacidade de administrar próprio tempo, de organizar-se.

3.5. Com relação à coordenação das atividades dos controladores de acesso, de acordo com as instruções fornecidas pelo Supera Parque, a empresa contratada e/ou supervisor deverá, entre outras condutas:

- p) Zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade, obedecidas as orientações regulamentares;
- q) Conhecer as missões de cada posto de trabalho ocupado por seus funcionários, de acordo com as orientações do Supera Parque;
- r) Verificar se os controladores de acesso já assumiram os seus respectivos postos, de acordo com as orientações da fiscalização do Supera Parque;
- s) Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência
- t) Manter a ordem, a disciplina e o respeito junto a todos os controladores de acesso, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;
- u) Não permitir que os seus funcionários abandonem seus postos, sem motivo plenamente justificado;
- v) Fazer o controle das folhas de frequência dos seus funcionários, mantendo atualizado diariamente o seu correto preenchimento. Fazer a conferência e o encaminhamento mensal das folhas de frequência;
- w) Manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;
- x) Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes, equipamentos e materiais, promovendo a substituição dos mesmos que não mais apresentarem condições de uso, bem como providenciar a reposição, de acordo com os prazos e condições estabelecidas;
- y) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- z) Fornecer aos seus funcionários, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- aa) Não permitir que os seus funcionários tratem de assuntos reservados ou de serviço com pessoas não relacionadas à área;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- bb) Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos seus funcionários, procurando sempre dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
 - cc) Atender de imediato as solicitações do Supera Parque quanto às substituições da mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
 - dd) Orientar seus funcionários sobre a proibição de guarda de quaisquer objetos particulares de terceiros ou que não tenham relação com a prestação do serviço;
- 3.6. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus funcionários, de acordo com as características do serviço, o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- 3.6.1. Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de boa qualidade e apresentação, devendo a empresa contratada providenciar as devidas adaptações quando necessárias, inclusive quanto às profissionais gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que estiverem apertados. Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa.
- 3.6.2. É vedado repassar os custos dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados. Ademais, a empresa contratada deverá proceder à substituição, sem custo adicional para o Supera Parque, sempre que houver necessidade, prezando pela boa apresentação dos profissionais nos postos de trabalho.
- 3.6.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo individualizado por empregado, cujas cópias, devidamente acompanhadas dos originais para conferência, poderão ser exigidas para a fiscalização e controle do fiscal do contrato.
- 3.7. A contratada deverá entregar os serviços nas condições e especificações deste termo de referência;
- 3.8. A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a valor unitário do item cotado e valor total grupo e todas as quantidades e descrições detalhadas neste termo de referência;
- 3.9. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O objeto caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, passível de definição objetiva quanto aos padrões de desempenho e qualidade.
- 4.2. A contratação deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho, bem como as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.;
- 4.3. A contratada deverá comprovar para preenchimento dos postos de trabalho a escolaridade mínima exigida, mediante apresentação de diploma ou certificado reconhecido pelo Ministério da Educação, e a experiência prévia no cargo, mediante registro na Carteira Profissional. Adicionalmente, os funcionários deverão ter idade mínima de 18 anos, estarem quites com as obrigações eleitorais, do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino, ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições, apresentar certidão negativa dos foros criminais dos



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

lugares que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual, apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses

4.4. As empresas licitantes deverão apresentar planilha de custos e formação de preços, a qual deverá observar a Convenção Coletiva de Trabalho vigente aplicável à categoria profissional de agentes de portaria ou controladores de acesso, com abrangência territorial em Ribeirão Preto/SP, firmada pelo sindicato representativo da categoria. A CCT em questão foi assinada pelo Sindicato de Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Ambiental, Áreas Verdes e Similares de Ribeirão Preto e Região – SIEMACO Ribeirão Preto

4.5. Apresentar proposta de preço contendo obrigatoriamente a descrição do item cotado e ainda todas as especificações mínimas exigidas.

4.6. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

4.6.1. A empresa vencedora deverá apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, elaborada em conformidade com a proposta apresentada, contendo a discriminação detalhada dos custos diretos e indiretos envolvidos na execução dos serviços, de forma a demonstrar a composição do preço ofertado.

4.6.2. A planilha deverá contemplar, no mínimo:

I – remuneração da mão de obra, observando os pisos salariais previstos em lei, convenção ou acordo coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional;

II – encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários;

III – benefícios obrigatórios e previstos em instrumentos coletivos de trabalho;

IV – custos com uniformes, equipamentos de proteção individual – EPIs, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços;

V – despesas administrativas e operacionais;

VI – tributos incidentes, conforme o regime tributário da empresa;

VII – lucro; e

VIII – demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

4.6.2.1. É vedada a apresentação de proposta com valores inferiores aos pisos salariais e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, sob pena de desclassificação

4.7. A Planilha de Custos e Formação de Preços será utilizada pela Administração para a análise da exequibilidade da proposta, fiscalização da execução contratual e instrução de eventuais pedidos de repactuação, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis.

4.7.1. A apresentação da planilha não autoriza a alteração dos preços ofertados nem constitui direito automático à repactuação, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, os quais somente serão admitidos nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e na legislação aplicável.

4.7.2. A empresa contratada deverá manter a compatibilidade entre a planilha apresentada e a execução contratual durante toda a vigência do contrato, sempre que solicitado pela Administração.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

4.8. Declaração de que não emprega, sob qualquer condição de trabalho, menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem que emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.9. A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão entregues.

37

4.10. DA VISTORIA TÉCNICA

4.10.1. Para fins de adequada elaboração da proposta e plena ciência das condições de execução dos serviços, o licitante deverá realizar vistoria prévia no local da prestação dos serviços, a fim de verificar as condições físicas, operacionais e demais peculiaridades necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

4.10.2. A vistoria técnica será comprovada mediante Declaração de Vistoria emitida pela FIPASE, atestando que o representante da licitante compareceu ao local e tomou conhecimento das condições de execução do objeto.

4.10.3. A Declaração de Vistoria poderá ser substituída por Declaração Formal do Licitante, assinada por seu representante legal, declarando que possui pleno conhecimento das condições locais e de todos os elementos técnicos necessários à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução contratual, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer condição existente, nos termos do art. 63, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.10.4. A realização da vistoria deverá ser previamente agendada junto à FIPASE, em dias úteis e horário de expediente até 24 (vinte e quatro) horas úteis antes do horário de abertura da sessão do certame, pelo e-mail: juliana@superaparque.com.br, não sendo admitida alegação de desconhecimento das condições locais como justificativa para futura inexecução contratual ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

4.11. A adjudicatária deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato, apólice de seguro-garantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor inicial da contratação, nos termos do inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 101 do Decreto Municipal nº 64/2023, emitida por sociedade seguradora devidamente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.11.1. A apólice de seguro-garantia deverá assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, abrangendo, quando cabível, prejuízos decorrentes do inadimplemento, multas aplicadas pela Administração, danos ao patrimônio público e demais obrigações previstas no contrato, prevalecendo durante toda a execução contratual e ser atualizada sempre que houver alteração de prazo ou de valor contratual, sendo liberada após a extinção do contrato e a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela contratada.

4.12. A contratada deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental e social durante a execução do contrato, garantindo o uso racional de materiais e energia, o descarte adequado de resíduos e a priorização de insumos recicláveis ou de baixo impacto ambiental, conforme art. 25 da Lei nº 14.133/2021.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

4.13. A contratada compromete-se a observar as normas de integridade, ética e combate à corrupção, conforme a Lei nº 12.846/2013 e o art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021, respondendo por quaisquer atos lesivos praticados no âmbito da execução contratual.

4.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

38

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. O início da execução do serviço ocorrerá, preferencialmente, a partir do dia 23 de janeiro de 2026 e os serviços serão executados nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto.

5.1.2. A escala de trabalho será de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, contemplando: I – 1 (um) posto diurno; II – 1 (um) posto noturno.

5.1.3. A prestação do serviço se dará de forma continuada pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1.4. O prazo de início dos serviços é de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, atendendo rigorosamente a solicitação da FIPASE.

5.1.5. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição no Contrato.

5.1.6. Todos os serviços serão recebidos e conferidos pelo fiscal do contrato da FIPASE.

5.2. Local e horário de entrega

5.2.1. O local de execução do serviço será no SUPERA Parque, à Av. Dra. Nadir Aguiar, 1805, Jardim Dr. Paulo Gomes Romeo, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.056-680.

5.2.2. O horário de execução dos serviços será ininterrupto, compreendendo regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, de segunda-feira a domingo, incluindo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, no período das 07h às 07h do dia subsequente.

5.2.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 dias (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Garantia do objeto

5.3.1. Não se aplica

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 064, de 2023, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A fiscalização se dará por meio de análise de relatório e/ou reunião de acompanhamento.

6.3. A fiscalização do contrato poderá ser compartilhada, devendo ser definida, no ato que designar os respectivos fiscais, a parcela do objeto contratual que será atribuída a cada um.

6.4. O gestor e os fiscais do contrato serão designados por ato formal, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhes acompanhar a execução, atestar medições, propor sanções e elaborar relatórios de desempenho.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5.1. A FIPASE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que esta designará outro para o exercício da atividade. As comunicações entre a FIPASE e a contratada serão realizadas por escrito (via e-mail) e contratada poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A fiscalização se dará por meio de análise de relatório mensal sobre as atividades, seus resultados, frequências e ocorrências registradas, apresentado pelo preposto da contratada. Ademais, o fiscal técnico poderá realizar vistorias periódicas às áreas comuns do parque tecnológico para verificação do desempenho e qualidade dos serviços prestados. Por último, também haverá reuniões com a equipe técnica da empresa contratada para planejamento das atividades.

6.6. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o fiscal do contrato notificará o preposto da contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

6.6.1. A notificação deverá ser sempre por escrito, via e-mail, relatando a ocorrência, o dia e a hora do acontecido, independente da gravidade ou da reincidência do fato.

6.6.2. Caberá ao preposto da contratada atestar de pronto seu “visto” e registrar suas contrarrazões caso haja divergência.

6.6.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Supera Parque ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com a legislação.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem custos adicionais ao Contratante.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá em prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos, no caso de bens e serviços, a contar do recebimento provisório, por empregado designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

7.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.6. O Contratante reserva-se o direito de não receber o produto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo cancelar o pedido e aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

40

7.2. Pagamento

7.2.1. A contratada apresentará mensalmente ao contratante a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços referente à prestação dos serviços executados no período de 30 (trinta) dias anteriores à medição, até o dia 23 de cada mês, acompanhada de relatório detalhado das atividades realizadas e da documentação comprobatória da execução contratual.

7.2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias após o ateste da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, condicionado à comprovação da execução dos serviços e à apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência.

7.2.3. Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em atendimento ao art. 50 da Lei 14.133/2021, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

7.2.3. No ato do pagamento, serão retidos os tributos e contribuições previstos em lei, cabendo à contratada comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, conforme art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4. O pagamento do preço pactuado dar-se-á mediante boleto, ou transferência, ou via pix ou depósito bancário na conta corrente indicada pela contratada, sendo vedada a emissão de título de crédito para fins de cobrança.

7.2.5. No caso de atraso nos pagamentos sobre o valor devido à contratada, incidirá correção monetária com base no indicador econômico, IPCA, correspondente ao período decorrido entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de pregão eletrônico nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante realização de pesquisa de preços e escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.2.1. As exigências de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, são as usuais para generalidade dos objetos.

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que gerencia ou gerenciou, a contento, pelo menos, 1 posto de Controlador de Acesso ou Agente de Portaria.

8.3.2. A comprovação de vistoria técnica ou declaração formal de conhecimento das condições do local de execução deverá observar o disposto no item 4.10. deste Termo de Referência.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. O licitante deverá apresentar Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

8.4.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital.

8.4.1.2. No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.4.2. Deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, ou apresentados na forma da legislação societária aplicável.

8.4.3. A comprovação da boa situação financeira da licitante será realizada por meio de análise de índices contábeis, que deverão demonstrar, no mínimo:

I – Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,00;

II – Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,00;

III – Grau de Endividamento compatível com a execução do objeto, não superior a 0,80, quando exigido no edital.

8.4.4. Deverá ser comprovado capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a ser definido no edital, como condição de habilitação econômico-financeira, visando garantir capacidade operacional e financeira para execução contínua do objeto.

8.5. As exigências previstas nesta cláusula têm por finalidade assegurar a efetiva capacidade de execução do contrato, considerando a natureza contínua, a entrega diária dos serviços, não configurando restrição indevida à competitividade, mas requisito mínimo de segurança contratual.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação parcial objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante.

11.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, podendo culminar em rescisão contratual;

11.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades.

11.7. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.8. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.10. O fiscal fará a seu critério a avaliação desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

11.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com a legislação.

43

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir fielmente o que estabelece o TR e as condições de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento da execução do objeto, bem como empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela FIPASE, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar, dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Comunicar a FIPASE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas.

12.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, garantindo sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

12.6. Aceitar toda e qualquer fiscalização da FIPASE, no tocante ao objeto do presente TR, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste.

12.7. Comunicar por escrito, quaisquer alterações ocorridas, ou possíveis mudanças para melhoria do serviço.

12.8. Comunicar a FIPASE sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências e pagamentos.

12.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, incluindo habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, devendo apresentar documentação comprobatória sempre que solicitado pela Administração

12.10. Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos à Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- 12.11. Usar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.
- 12.12. Os empregados da Contratada deverão utilizar crachá de identificação com foto, enquanto permanecerem nas dependências da Contratante.
- 12.13. Fornecer todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses.
- 12.14. Substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Contratante.
- 12.15. Exigir dos empregados alocados à prestação do serviço o rigoroso cumprimento das seguintes disposições:
- 12.16. manter sigilo quanto às informações que, em decorrência do trabalho, chegar ao seu conhecimento, sob pena de responsabilidade;
- 12.17. tratar as pessoas com urbanidade e respeito, independente do cargo ou posição que ocupam;
- 12.18. zelar pelo uso adequado da linguagem, evitando gírias, palavrões ou expressões não apropriados ao tipo de relacionamento formal que o trabalho impõe.
- 12.19. A Contratada deve assumir todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive aquelas relativas a deslocamento, transporte, viagens, alimentação e hospedagem dos profissionais da contratada, correrão exclusivamente por conta da contratada, devendo tais custos estar contemplados no preço ofertado, não cabendo à FIPASE qualquer pagamento adicional a esse título.
- 12.20. Enviar à FIPASE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, nos termos da Lei Municipal nº [14.317/2019](#) e suas alterações;
- 12.21. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para que obtenham os extratos dos recolhimentos de suas contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos seus depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- 12.22. Demonstrar, em até 30 (trinta) dias, contados do início da execução do respectivo contrato, que possui sede, filial, escritório ou preposto à disposição dos empregados e da Administração Pública no Município ou na região metropolitana onde serão prestados os serviços, sob pena de incorrer nas sanções contratuais e rescisão do ajuste
- 12.23. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.
- 12.23.1. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela FIPASE

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Acompanhar a execução do objeto, aplicando as sanções administrativas, quando cabíveis, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório.
- 13.2. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto.
- 13.3. Efetuar o pagamento de acordo com as condições pactuadas.
- 13.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente Termo de Referência as condições de sua proposta.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

13.5. Notificar a empresa Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos produtos, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Findado o prazo de vigência previsto e independentemente do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, para o item deste TR.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da Lei 14.133/2021, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela FIPASE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste TR, em hipótese alguma, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à FIPASE.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

47

15.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.10. **DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

15.10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas neste Termo de Referência e no contrato, especialmente aquelas relacionadas ao pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, FGTS e demais obrigações legais ou convencionais, constitui infração administrativa.

15.10.2. A ocorrência das irregularidades previstas no caput poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste item, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

15.10.3. Poderá ser determinada, conforme a gravidade da infração e o risco à continuidade do serviço público:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão contratual.

15.11. **DOS EFEITOS DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.11.1. A aplicação da sanção de rescisão contratual observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 139, produzindo, entre outros efeitos:

- a) assunção imediata do objeto pela Administração, quando necessário à continuidade dos serviços;
- b) retenção de créditos suficientes para cobertura de eventuais prejuízos;
- c) execução da garantia contratual;
- d) apuração de responsabilidade e ressarcimento de danos;
- e) manutenção da responsabilidade da contratada pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e civis decorrentes da execução contratual.

15.12. As sanções previstas neste instrumento poderão ser registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 303.600,00 (trezentos e três mil e seiscentos reais)

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes desta contratação dos serviços previstos atendidas por recursos orçamentários do orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária: 09.01.50.19.573.20002.2.0088.04.110.0000.3.3.90.39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*.

18. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

18.1. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Comissão de Licitações da FIPASE através do e-mail FIPASE@superaparque.com.br

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026.

Renato de Oliveira Zucoloto
Gerente Executivo

Aprovação da Diretoria:

Neste ato, nos termos da Lei Complementar Nº 1.222/2001 e suas posteriores alterações, a Diretoria Executiva da FIPASE aprova a contratação descrita neste Termo de Referência.

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026.

Prof. Dr. Edwin Tamashiro
Diretor Presidente

Luciana Maria Souza de Paiva
Diretora Administrativa e Financeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0881/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

REQUISIÇÃO: 169/2026

49

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno.

1.2. O serviço compreende a identificação e o controle de acesso de pessoas, veículos, mercadorias e cargas, o registro de ocorrências, a prestação de informações e o apoio à segurança patrimonial, sem porte de arma, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução, inclusive uniformes.

1.3. Trata-se de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, cuja interrupção pode comprometer a segurança das pessoas, a integridade do patrimônio público e de terceiros, bem como a continuidade das atividades institucionais desenvolvidas no parque tecnológico, caracterizando-se como serviço essencial.

1.4. O contrato anteriormente vigente foi rescindido unilateralmente em 22 de janeiro de 2026, em razão de descumprimento contratual por parte da empresa então contratada. Desde então, o serviço vem sendo executado de forma temporária por contratação emergencial, com o objetivo de evitar a descontinuidade do serviço essencial.

1.5. Diante da necessidade de garantir a continuidade dos serviços de controle de acesso, mostra-se indispensável a contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços.

2. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

2.1. As despesas decorrentes desta contratação serão atendidas por recursos orçamentários próprios da FIPASE, consignados no orçamento vigente.

2.2. Declara-se que a presente contratação não consta do Plano Anual de Contratações para o exercício de 2026.

2.3. A ausência de previsão da presente contratação no Plano Anual de Contratações decorre de fato superveniente consistente na rescisão antecipada do contrato anteriormente vigente. A presente demanda será considerada para atualização e consolidação do planejamento anual de contratações subsequente, nos termos das diretrizes de governança e planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 64/2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, passível de definição objetiva quanto aos padrões de desempenho e qualidade.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

3.2. A contratação observará integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 64/2023, especialmente quanto à fase preparatória da contratação, planejamento, definição da solução e justificativa da necessidade.

3.3. Os requisitos técnicos, operacionais, trabalhistas, previdenciários e legais do serviço encontram-se detalhados no Termo de Referência, incluindo, no mínimo, qualificação dos profissionais, condições de execução, controle de jornada, fornecimento de uniformes, substituições e demais obrigações necessárias à adequada prestação dos serviços.

3.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e vantajosidade.

3.5. Todas as condições de reajuste, repactuação ou revisão de preços observarão a legislação aplicável aos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

3.6. Será exigido seguro-garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 101 do Decreto Municipal nº 64/2023, visa resguardar o interesse público e mitigar riscos de inexecução em contrato contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, essencial ao controle de acesso do Supera Parque. A medida assegura cobertura de eventuais prejuízos, maior segurança na execução e continuidade do serviço, sendo a modalidade mais eficiente para recomposição de danos. O percentual de 10% mostra-se proporcional à relevância e aos riscos do objeto, sem restringir a competitividade.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

4.1. A estimativa de quantitativos foi definida com base na necessidade mínima indispensável para assegurar a continuidade do serviço de controle de acesso nas dependências do SUPERA Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, considerando a operação ininterrupta do serviço e a estrutura atualmente utilizada pela Administração.

4.2. Os quantitativos detalhados constam em tabela abaixo:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Posto de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana
2	1	Posto de controlador de acesso noturno – 12x36 – 7 dias/semana

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Considerou-se inviável a execução direta do serviço, uma vez que o quadro de pessoal da FIPASE não contempla cargos ou empregos compatíveis com a função de controlador de acesso

5.2. Foram analisadas as seguintes alternativas:

5.2.1. Execução direta pela Administração: inviável por ausência de cargos, estrutura e previsão legal.

5.2.2. Contratação ordinária por licitação: inviável no curto prazo, diante da urgência e do risco à segurança.

5.2.3. Contratação de empresa especializada: alternativa viável, amplamente praticada no mercado, juridicamente adequada e tecnicamente compatível com a necessidade da Administração, sendo a solução apta a assegurar a continuidade e eficiência do serviço essencial.

5.3. A alternativa prevista no item 5.2.3 é a mais adequada para assegurar a continuidade imediata do serviço essencial, observando os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do

serviço público e economicidade.

6. ESTIMATIVA DE VALOR

6.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 289.560,00 (duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais), correspondente à prestação do serviço contínuo de controle de acesso, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo 2 (dois) postos de trabalho, em regime 12x36, 7 (sete) dias por semana, pelo período de 12 (doze) meses.

6.2. A estimativa foi apurada a partir do valor médio das cotações coletadas junto a fornecedores atuantes no mercado de prestação de serviços de controle de acesso, com características compatíveis ao objeto, considerando a composição integral dos custos do serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, inclusive encargos trabalhistas e previdenciários, benefícios legais e convencionais, insumos e fornecimento de uniformes, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. A metodologia considerou a média dos valores obtidos nas cotações, com análise de compatibilidade e desconsideração de eventuais distorções relevantes, quando aplicável.

6.3. Os valores obtidos foram submetidos à análise crítica quanto à sua compatibilidade com os preços praticados no mercado regional, permitindo a aferição da razoabilidade do valor estimado e da vantajosidade da contratação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes de planejamento previstas no Decreto Municipal nº 64/2023.

6.4. A metodologia adotada permite aferir a razoabilidade dos preços estimados e a vantajosidade da contratação, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua do serviço de controle de acesso, com dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo cobertura ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, de forma a assegurar a continuidade do serviço essencial.

7.2. A contratação proposta é adequada para garantir a continuidade dos serviços de controle de acesso, a mitigação de riscos operacionais e a preservação da segurança das instalações do SUPERA Parque.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. Não se mostra viável o parcelamento do objeto, uma vez que o serviço constitui solução integrada e contínua, cuja divisão comprometeria a eficiência operacional, a gestão contratual e a segurança das instalações do SUPERA Parque.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

9.1. O objeto possui relação com serviços de vigilância patrimonial com ronda motorizada, sendo recomendada a integração operacional e a troca de informações entre os serviços, quando necessário, para reforço da segurança institucional.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Pretende-se assegurar a continuidade do serviço essencial de controle de acesso, a proteção do patrimônio público e de terceiros, a integridade física das pessoas e a regularidade das atividades institucionais do SUPERA Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Não há necessidade de providências prévias relevantes além da formalização da contratação e da designação de gestor e fiscal do contrato.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A contratação não gera impactos ambientais relevantes, considerando a natureza dos serviços a serem executados.

13. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Foram identificados os seguintes riscos associados à contratação, com respectivas medidas de mitigação:

- a) Risco de descontinuidade do serviço, mitigado por cláusulas contratuais de continuidade, fiscalização efetiva e aplicação de sanções;
- b) Risco trabalhista, mitigado pela exigência de cumprimento integral da legislação trabalhista e previdenciária;
- c) Risco de sobrepreço, mitigado por pesquisa de preços formal, análise de mercado e verificação de vantajosidade da contratação.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Este Estudo Técnico Preliminar conclui pela viabilidade técnica, operacional e orçamentária da contratação, considerando a necessidade de continuidade do serviço essencial de controle de acesso no SUPERA Parque, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 64/2023.

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026.

Renato de Oliveira Zucoloto
Gerente Executivo

Aprovação da Diretoria:

Neste ato, nos termos da Lei Complementar Nº 1.222/2001 e suas posteriores alterações, a Diretoria Executiva da FIPASE aprova a contratação descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026

Prof. Dr. Edwin Tamashiro
Diretor Presidente

Luciana Maria Souza de Paiva
Diretora Administrativa e Financeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 881/2026
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

53

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, conforme especificações mínimas e quantidades discriminadas neste Termo de referência

Nome da Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Banco:

Ag. Nº

Conta Corrente:

Sócios Administradores que compõem o quadro societário:

E-mails dos Sócios Administradores:

Item	Qtde	Descrição	CATS ER	Unitário
1	1	Posto diário de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana		R\$ 25.300,00
	1	Posto diário de controlador de acesso noturno – 12x36 - 7 dias/semana		

Valor total para 12 meses de contrato: R\$ XXXXXXXXX

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Condições de Pagamento: Conforme Anexo I – Termo de Referência.

Local da execução/entrega: Conforme Anexo I – Termo de Referência.

Local e data: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura e Identificação do representante legal da empresa
(Nome, Cargo, RG e CPF).

Obs: Propostas em desacordo ou omissas em relação às condições comerciais pré-estabelecidas serão desclassificadas.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0881/2026
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº /2026

54

**TERMO DE CONTRATO Nº 06/2026 - CONTRATAÇÃO
EMERGENCIAL DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE
CONTROLE DE ACESSO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
DE MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO INSTITUTO POLO AVANÇADO DA SAÚDE DE
RIBEIRÃO PRETO – FIPASE E A EMPRESA, CONFORME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026.**

FIPASE – Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde de Ribeirão, fundação pública de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.755.519/0001-30 com sede à Av. Dra. Nadir Aguiar, 1805, Jd. Dr. Paulo Gomes Romeo, em Ribeirão Preto/SP, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Diretor Presidente , e, de outro lado, a empresa , inscrita no CNPJ sob nº , com sede à , doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, com fundamento no art., mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas., que ao final assinam o presente Contrato, manifestam o seu integral acordo às Cláusulas e Condições seguintes:

1. OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Pregão Eletrônico nº 010/2026.

Item	Descrição	Quant.	CATSER	Valor Mensal	Valor Total
1	Posto diário de controlador de acesso diurno – 12x36 – 7 dias/semana	1		R\$	R\$



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

2	Posto diário de controlador de acesso noturno – 12x36 - 7 dias/semana	1			
---	---	---	--	--	--

1.2. A prestação do serviço compreende o gerenciamento do controle de acesso, por meio da alocação de 2 (dois) postos de trabalho por dia e 4 (quatro) profissionais em regime de revezamento de trabalho de 12 horas ininterruptas de trabalho por 36 horas de descanso nas dependências da guarita do parque tecnológico, sendo capaz de operacionalizar e dar suporte às diretrizes estabelecidas pelo Supera Parque.

1.3. Além da disponibilização de mão de obra para a execução do serviço, a contratada deverá providenciar uniformes, equipamentos individuais, livro de ocorrências e demais materiais necessários para cumprir o estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

1.4. Os principais elementos do serviço de controle de acesso estão descritos detalhadamente no Termo de Referência anexo ao edital de licitação e deve ser considerado como se aqui integralmente transcrito.

1.5. A contratada e seus profissionais designados devem garantir sigilo sobre as informações obtidas durante a prestação do serviço, devendo comunicar antecipadamente à contratante sempre que surgirem situações de conflito de interesse.

1.6. Não haverá vínculo empregatício entre os profissionais designados pela contratada para prestação do serviço e a contratante.

2. PRAZO:

2.1. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante justificativa formal e observados os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. VALOR DO CONTRATO

3.1. Para todos os efeitos legais, as partes contratantes dão ao presente contrato o valor global de R\$ _____ (_____) com pagamentos mensais, no valor: R\$ _____ (_____).

3.2. Neste valor estão inclusas todas as despesas concernentes a encargos sociais, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes à especialidade e tributos, e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. A contratada apresentará mensalmente ao contratante a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços referente ao fornecimento efetuado aos 30 (trinta) dias anteriores à medição, no dia 23 de cada mês, juntamente, com relatório, por escrito, relativo ao serviço dos Controladores de Acesso.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

4.2. O pagamento será efetuado a cada entrega, após 15 (quinze) dias após aceitação da Nota Fiscal que deverá ser emitida, com comprovação do fornecimento do objeto, nas condições exigidas, bem como após a aprovação dos respectivos documentos fiscais pela contratante.

4.3. Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em atendimento ao art. 50 da Lei 14.133/2021, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

4.4. No ato do pagamento, serão retidos os tributos e contribuições previstos em lei, cabendo à contratada comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, conforme art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. O pagamento do preço pactuado dar-se-á mediante boleto, ou transferência, ou via pix ou depósito bancário na conta corrente indicada pelo contratado, sendo vedada a emissão de título de crédito para fins de cobrança.

4.6. No caso de atraso nos pagamentos sobre o valor devido à contratada, incidirá correção monetária com base no indicador econômico IPCA, correspondente ao período decorrido entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

5. DO SUPORTE FINANCEIRO:

5.1. As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 09.01.50.19.573.20002.2.0088.04.110.0000.3.3.90.39 - *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica*

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O início da execução do serviço ocorrerá, preferencialmente, a partir do dia 23 de janeiro de 2026 e os serviços serão executados nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- 6.2. A escala de trabalho será de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, contemplando: I – 1 (um) posto diurno; II – 1 (um) posto noturno.
- 6.3. A prestação do serviço se dará de forma continuada pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de assinatura do contrato.
- 6.4. O prazo de início dos serviços é de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, atendendo rigorosamente a solicitação da FIPASE.
- 6.5. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição no Contrato.
- 6.5.1. Todos os serviços serão recebidos e conferidos pelo fiscal do contrato da FIPASE.
- 6.6. O local de execução do serviço será no SUPERA Parque, à Av. Dra. Nadir Aguiar, 1805, Jardim Dr. Paulo Gomes Romeo, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.056-680.
- 6.7. O horário para a execução de serviço será de segunda-feira à segunda-feira, das 7h às 7h horas do dia seguinte, incluindo sábados, domingos, feriados, pontos facultativos etc.
- 6.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 dias (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.9. Os principais elementos do serviço de controle de acesso são apresentados a seguir:
- 6.9.1. 2 (dois) postos de trabalho por dia, de segunda a domingo, que é definido como o trabalho de 1 (um) controlador de acesso em 1 (um) local de trabalho (guarita) em um período determinado. Esses postos diários serão utilizados como a unidade de medida para a contratação dos serviços de controle de acesso. Sendo que 1 (um) posto de trabalho será no período diurno (das 7h às 19h) e 1 (um) posto de trabalho será no período noturno (das 19h às 7h).
- 6.9.2. 4 (quatro) controladores de acesso, sendo que cada posto de trabalho será ocupado por 2 (dois) profissionais em sistema de revezamento de regime de trabalho por escala de 12 horas ininterruptas de trabalho por 36 horas de descanso, inclusive aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.
- 6.10. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a profissão de Controlador de Acesso pertence ao título 5174-15, Agente de Portaria, é caracterizada pelo seguinte conjunto de atividades:
- a) Recepcionar e orientar visitantes e hóspedes.
 - b) Zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação das pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades.
 - c) Controlar o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados.
 - d) Receber mercadorias, volumes diversos e correspondências.
 - e) Fazer manutenções simples nos locais de trabalho.
- 6.10.1. De forma mais detalhada, o Controlador de Acesso deverá adotar, entre outras, as seguintes condutas:



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- a) Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado (a), barbeado, cabelos aparados, limpos, unhas aparadas e com aparência pessoal adequada ao bom desempenho de suas atividades;
- b) Ao chegar ao posto, receber e passar as ordens e orientações recebidas;
Atender sempre com cortesia e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, residentes, colaboradores e pessoas em geral;
- c) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas (previamente) identificadas e autorizadas;
- d) Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, comunicando o fato ao departamento responsável e ao fiscal do contrato;
- e) Conhecer sobre a localização de todos os setores/empresas que funcionam no local do posto de trabalho a fim de prestar informações/orientações ao público;
- f) Identificar e encaminhar as pessoas, controlando sua movimentação. Orientar o deslocamento de visitantes, clientes e prestadores de serviço no parque tecnológico.
- g) Permitir o ingresso nas dependências do parque tecnológico, nos dias e nos horários em que estiver fechado, apenas às pessoas previamente autorizadas pela Administração;
- h) Atentar para as normas referentes ao acesso prioritário (idosos, portadores de necessidades especiais, gestantes, lactantes e mães com criança de colo);
- i) Transmitir recados.
- j) Recepcionar entregadores e acompanhar a entrega de produtos.
- k) Identificar veículos que pretendem adentrar ao parque tecnológico. Controlar e auxiliar o estacionamento de veículos, atentando para o posicionamento dos veículos no estacionamento e contatando os proprietários de veículos irregularmente estacionados, evitando possíveis danos.
- l) Comunicar imediatamente ao departamento responsável, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que seja adotada a providência de regularização necessária;
- m) Comunicar ao departamento responsável do Supera Parque e ao preposto da empresa contratada, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio do mesmo;
- n) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos ou sem identificação nas imediações do parque tecnológico, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas do Supera Parque, assim como as que entenderem oportunas nos limites estabelecidos por este;
- o) Prevenir a entrada de pessoas estranhas;
- p) Comunicar ao departamento responsável a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional;
- q) Impedir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes seja feita a sua identificação e contato junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- r) Impedir a saída de volumes e materiais pertencentes ao parque tecnológico, sem a devida autorização, comunicando o fato à segurança ou ao fiscal do contrato;
- s) Providenciar todas as medidas necessárias, permitidas em lei, para evitar a ocorrência de furtos;
- t) Atender emergências, prestar primeiros socorros, prevenir incêndios e acidentes, acionar polícia, corpo de bombeiros e guarda universitária.
- u) Colaborar com as autoridades competentes nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Supera Parque, facilitando, da melhor forma possível, a atuação daquelas, inclusive nas indicações de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- v) Solicitar autorização expressa do Supera Parque para permitir entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, comunicando o fato ao departamento responsável;
- w) Evitar a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao fiscal do contrato ou à segurança, no caso de desobediência;
- x) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e de outras atividades comerciais e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo Supera Parque;
- y) Lançar todas as ocorrências no relatório do posto e manter atualizada quaisquer documentações utilizadas a serviço, inclusive o livro de ocorrência, sendo que este deverá ser disponibilizado ao Supera Parque sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, devendo ser anotado no respectivo documento a data, horário de entrada e saída de cada agente, assinatura de quem transmite e recebe o serviço e o registro de todas as ocorrências durante o expediente. Fazer os relatos com objetividade e clareza;
- z) Permanecer no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- aa) Proceder ao recebimento e passagem do serviço inteirando o seu substituto e se certificando se todas as normas estão sendo cumpridas e se as alterações encontradas estão registradas no livro do posto ou de ocorrência
- bb) Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
- cc) Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local;
- dd) Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- ee) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço;
- ff) O local de prestação do serviço será o interior da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto.

6.10.2. É desejável que os profissionais que ocuparão o posto de Controlador de Acesso tenham habilidades e competências, entre as quais destacam-se:



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

- a) demonstrar capacidade de lidar com o público e ser desinibido, atenção e fluência verbal e dar boas-vindas ao visitante.
- b) ter capacidade de tomar decisões e redigir relatórios, trabalhar em equipe, manter o auto controle e postura, demonstrar prestatividade e flexibilidade.
- c) demonstrar capacidade de administrar próprio tempo, de organizar-se.

60

6.11. Com relação à coordenação das atividades dos controladores de acesso, de acordo com as instruções fornecidas pelo Supera Parque, a empresa contratada e/ou supervisor deverá, entre outras condutas:

- a) Zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade, obedecidas as orientações regulamentares;
- b) Conhecer as missões de cada posto de trabalho ocupado por seus funcionários, de acordo com as orientações do Supera Parque;
- c) Verificar se os controladores de acesso já assumiram os seus respectivos postos, de acordo com as orientações da fiscalização do Supera Parque;
- d) Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência.
- e) Manter a ordem, a disciplina e o respeito junto a todos os controladores de acesso, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;
- f) Não permitir que os seus funcionários abandonem seus postos, sem motivo plenamente justificado;
- g) Fazer o controle das folhas de frequência dos seus funcionários, mantendo atualizado diariamente o seu correto preenchimento. Fazer a conferência e o encaminhamento mensal das folhas de frequência;
- h) Manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;
- i) Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes, equipamentos e materiais, promovendo a substituição dos mesmos que não mais apresentarem condições de uso, bem como providenciar a reposição, de acordo com os prazos e condições estabelecidas;
- j) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- k) Fornecer aos seus funcionários, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- l) Não permitir que os seus funcionários tratem de assuntos reservados ou de serviço com pessoas não relacionadas à área;
- m) Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos seus funcionários, procurando sempre dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- n) Atender de imediato as solicitações do Supera Parque quanto às substituições da mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

o) Orientar seus funcionários sobre a proibição de guarda de quaisquer objetos particulares de terceiros ou que não tenham relação com a prestação do serviço;

6.12. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus funcionários, de acordo com as características do serviço, o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

6.12.1. Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de boa qualidade e apresentação, devendo a empresa contratada providenciar as devidas adaptações quando necessárias, inclusive quanto às profissionais gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que estiverem apertados. Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa.

6.12.2. É vedado repassar os custos dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados. Ademais, a empresa contratada deverá proceder à substituição, sem custo adicional para o Supera Parque, sempre que houver necessidade, prezando pela boa apresentação dos profissionais nos postos de trabalho.

6.12.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo individualizado por empregado, cujas cópias, devidamente acompanhadas dos originais para conferência, poderão ser exigidas para a fiscalização e controle do fiscal do contrato.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem custos adicionais ao Contratante.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá em prazo não superior a 3 (três) dias corridos, no caso de bens e serviços, a contar do recebimento provisório, por empregado designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

7.5. O Contratante reserva-se o direito de não receber o produto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo cancelar o pedido e aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

8. REAJUSTAMENTO

8.1. Os preços propostos não serão reajustados durante a vigência do contrato.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Pela FIPASE fica designado como Gestor do Contrato o Senhor _____ ocupante da função de _____.

9.2. Pela FIPASE fica designado como Fiscal do Contrato o Senhor _____ ocupante da função de _____.

9.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133](#), de 2021 e do [Decreto Municipal nº 064](#), de 2023, publicado no Diário Oficial de Ribeirão Preto, nº 11.633, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10. DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

10.1. A FIPASE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

10.2. A fiscalização da FIPASE transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Acompanhar a execução do objeto, aplicando as sanções administrativas, quando cabíveis, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório.

11.2. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto.

11.3. Efetuar o pagamento de acordo com as condições pactuadas.

11.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente Termo de Referência as condições de sua proposta.

11.5. Notificar a empresa Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos produtos, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

12.1. A contratada deverá alocar profissionais indicados para execução do objeto deste contrato com ensino médio completo, com pelo menos 1 (um) ano de experiência comprovada no cargo e possuir conhecimentos elementares em Informática.

12.1.1. Para o preenchimento dos postos de trabalho deverá ser comprovada pela contratada a escolaridade mínima exigida, mediante apresentação de diploma ou certificado reconhecido pelo Ministério da Educação, e a experiência prévia no cargo, mediante registro na Carteira Profissional. Adicionalmente, os funcionários deverão ter idade mínima de 18 anos, estarem quites com as obrigações eleitorais, do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino, ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições, apresentar certidão negativa dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual, apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses.

12.2. Cumprir fielmente o que estabelece o TR e as condições de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento da execução do objeto, bem como empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados.

12.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Fipase, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar, dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.5. Comunicar a Fipase, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas.

12.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, garantindo sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

12.7. Aceitar toda e qualquer fiscalização da Fipase, no tocante ao objeto do presente TR, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste.

12.8. Comunicar por escrito, quaisquer alterações ocorridas, ou possíveis mudanças para melhoria do serviço.

12.9. Comunicar a Fipase sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências e pagamentos.

12.10. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, no que couber e sempre que solicitado, os documentos que comprovem as condições inerentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

12.11. econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com a legislação vigente.

12.12. Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos à Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

12.13. Usar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.

12.14. Os empregados da Contratada deverão utilizar crachá de identificação com foto, enquanto permanecerem nas dependências da Contratante.

12.15. Fornecer todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses.

12.16. Substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Contratante.

12.17. Exigir dos empregados alocados à prestação do serviço o rigoroso cumprimento das seguintes disposições:

12.18. manter sigilo quanto às informações que, em decorrência do trabalho, chegar ao seu conhecimento, sob pena de responsabilidade;

12.19. tratar as pessoas com urbanidade e respeito, independente do cargo ou posição que ocupam;

12.20. zelar pelo uso adequado da linguagem, evitando gírias, palavrões ou expressões não apropriados ao tipo de relacionamento formal que o trabalho impõe.

12.21. A Contratada deve assumir todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive aquelas relativas a deslocamento, transporte, viagens, alimentação e hospedagem dos profissionais da contratada, correrão exclusivamente por conta da contratada, devendo tais custos estar contemplados no preço ofertado, não cabendo à FIPASE qualquer pagamento adicional a esse título.

12.22. Enviar à FIPASE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, nos termos da Lei Municipal nº 14.317/2019 e suas alterações;

12.23. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para que obtenham os extratos dos recolhimentos de suas contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos seus depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

12.24. Demonstrar, em até 30 (trinta) dias, contados do início da execução do respectivo contrato, que possui sede, filial, escritório ou preposto à disposição dos empregados e da Administração Pública no Município ou na região metropolitana onde serão prestados os serviços, sob pena de incorrer nas sanções contratuais e rescisão do ajuste

12.25. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.

12.25.1. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Fipase

65

13. DAS PENALIDADES

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam

dar causa à inexecução parcial do contrato;

dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

dar causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da Lei 14.133/2021, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração Pública;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela FIPASE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.6 A aplicação das sanções previstas neste TR, em hipótese alguma, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à FIPASE.

13.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

13.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11 DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

13.11.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas neste Termo de Referência e no contrato, especialmente aquelas relacionadas ao pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, FGTS e demais obrigações legais ou convencionais, constitui infração administrativa.

13.11.2 A ocorrência das irregularidades previstas no caput poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste item, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

13.11.3 Poderá ser determinada, conforme a gravidade da infração e o risco à continuidade do serviço público:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão contratual.

13.12 DOS EFEITOS DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.12.1 A aplicação da sanção de rescisão contratual observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 139, produzindo, entre outros efeitos:

- a) assunção imediata do objeto pela Administração, quando necessário à continuidade dos serviços;
- b) retenção de créditos suficientes para cobertura de eventuais prejuízos;
- c) execução da garantia contratual;
- d) apuração de responsabilidade e ressarcimento de danos;
- e) manutenção da responsabilidade da contratada pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e civis decorrentes da execução contratual.

13.13 As sanções previstas neste instrumento poderão ser registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

13. DA RESCISÃO

13.1. A rescisão do presente poderá ser:

- a) Determinado por ato unilateral e escrito da FIPASE, nos casos enumerados nos artigos 137 e seguintes da [Lei Nº 14.133/2021](#);
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da FIPASE;



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

13.2. A inexecução total ou parcial do presente, enseja sua rescisão pela FIPASE, com as consequências previstas neste contrato;

13.3. A rescisão do presente acarretará na aplicação do disposto nos artigos 139 e seguintes da [lei Nº 14.133/2021](#).

13.4. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da FIPASE, a rescisão importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com a FIPASE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE.

13.5. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

14. DO DECRETO ANTICORRUPÇÃO

14.1. Nos termos do artigo 1º do [Decreto Municipal nº 235/17](#), publicado no diário Oficial do Município de Ribeirão Preto, **Nº 10.268**, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

15. DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a [Lei 13.709/2018](#), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

- a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

d) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram o **TERMO DE SIGILO** com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE.

15.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

15.3. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

15.4. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

15.5. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

16. DA ANUÊNCIA

16.1. A CONTRATADA por seu representante legal no final assinado declara, expressamente, conhecer todas as cláusulas e condições do presente contrato, nada tendo a opor quanto à sua execução.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO, TRANSFERENCIA E ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 17.1. Não será admitida a subcontratação parcial objeto licitatório.
- 17.2. A Contratada não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado a qualquer pessoa física ou jurídica.
- 17.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 18.1. Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste termo, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, a apreciação das partes e serão resolvidas de acordo com a [Lei n. 14.133/2021](#), suas posteriores alterações e demais normas regulamentares.

19. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

- 19.1. Este contrato está vinculado ao Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar da de Pregão Presencial nº 009/2026

20. FORO:

- 20.1. Elegem o foro da comarca de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, para conhecer e julgar litígios originados deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e único fim, juntamente com duas testemunhas.

Ribeirão Preto, de de 2026.

Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto
Prof. Dr. Edwin Tamashiro
Diretor Presidente

Contratada

Sócio Administrador ou Procurador

Testemunhas:

Nome:

Documento

Nome:

Documento

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0881/2026
ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MENSAIS

71

IDENTIFICAÇÃO DA CATEGORIA		
1	Tipo de serviço	CONTROLADOR DE ACESSO
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ -
3	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional (especificar se aplicável)	...%	R\$ -
TOTAL			R\$ -

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base	8,33%	R\$ -
B	Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C. Subtotal			19,44% R\$ -
C1	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adic. de Férias	xx%	R\$ -
TOTAL			xx% R\$ -

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	xx%	R\$ -
B	Riscos Ambientais do Trabalho	xx%	R\$ -
C	FGTS	xx%	R\$ -
TOTAL			xx% R\$ -

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -
A1	Contribuição Empregado	- R\$ -
B	Benefício Alimentar + Refeição	R\$ -
B1	Benefício Alimentar	
B2	Auxílio Alimentação	R\$
B3	Contribuição Empregado	- R\$
C	Outros	R\$ -
C1	Participação dos lucros e resultados	R\$
C2	Auxílio Creche	R\$



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

C3	Seguro de Vida	R\$
C4	Assistência à Saúde (Médica + Odontológica + Laboratorial)	R\$
C5	Benefício Social Familiar	R\$
C6	Plano de Saúde (50% empregador)	R\$
C7	Assistência Patronal	R\$
TOTAL		R\$ -

72

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado%	R\$ -
B	Incidência do FGTS, multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado%	R\$ -
E	Incidência do FGTS, multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado%	R\$ -
Subtotal	%	R\$ -
C	Incidência do Submódulo 2.2. sobre provisão para Rescisão%	R\$ -
TOTAL	%	R\$ -

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Férias%	R\$ -
B	Ausências Legais%	R\$ -
C	Licença Paternidade e Afastamento Maternidade%	R\$ -
D	Ausência por Acidente de Trabalho%	R\$ -
E	Outros (especificar)%	R\$ -
Subtotal	%	R\$ -
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Ausências Legais%	R\$ -
TOTAL	%	R\$ -

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	VALOR (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais e EPIs	R\$ -
C	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 6 : CUSTO INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos%	R\$ -
B	Lucro%	R\$ -
C	Tributos%	R\$ -



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

C.1	PIS%	R\$	-
C.2	Cofins%	R\$	-
C.3	ISS%	R\$	-
Total			R\$	-
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Custos Indiretos, Tributos e Lucro%	R\$	-
TOTAL			R\$	-

QUADRO RESUMO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por posto)		VALOR (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
F.1	Módulo 6.A – Custos Indiretos + 6.B - Lucro	R\$ -
Subtotal		R\$ -
F.2	Módulo 6.C - Tributos	R\$ -
F.3	Módulo 6.D - Incidência do Submódulo 2.2 sobre Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
TOTAL		R\$ -

O modelo da planilha é apenas ilustrativo, sendo de responsabilidade do licitante a observância da legislação trabalhista e da convenção da categoria em vigor quando da licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 881/2026
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

74

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu
representante Sr. (a) _____
portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF
nº _____, vistoriou as instalações do Supera Parque de
Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, com vistas à participação no PREGÃO
ELETRÔNICO 005/2024.

[Local e Data]

[Identificação e assinatura de funcionário da FIPASE]

[Identificação e assinatura de representante da empresa]

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0881/2026
ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO POLO AVANÇADO DA SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO – FIPASE/RP

75

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): /2026

OBJETO: A contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, terceirizado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de controladores de acesso (agentes de portaria), em regime de revezamento de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), a ser executado nas dependências da guarita do Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, compreendendo 2 (dois) postos de trabalho, sendo 1 (um) diurno e 1 (um) noturno, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução do serviço, inclusive uniformes, conforme condições e especificações estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



SUPERA

Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto

LOCAL e DATA: Ribeirão Preto, de

de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

76

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____